

LEI 141/2003

SÚMULA: Dispõe sobre as diretrizes para elaboração do orçamento do município de ARIRANHA DO IVAÍ para o exercício financeiro de 2004 e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ARIRANHA DO IVAÍ, Estado do Paraná, aprovou, eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º- Esta Lei estabelece as Diretrizes Gerais para elaboração do Orçamento Programa do Município de ARIRANHA DO IVAÍ, relativo ao Exercício Financeiro de 2004.

Art. 2º- A proposta orçamentária será elaborada em consonância com as disposições constantes da Lei Complementar 101 de 04/05/2000 tendo seu valor fixado em reais, com base na previsão de receita:

I - fornecida pelos órgãos competentes quanto as transferências legais da União e do Estado;

II - projetada, no concernente a tributos e outras receitas arrecadadas diretamente pelo Município, com base em projeções a ser realizadas considerando-se os efeitos de alterações na legislação, variação do índice de preços, crescimento econômico ou qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas do demonstrativo de evolução nos últimos três anos e da projeção para os dois seguintes e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º - Não será admitida reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo, salvo erro ou omissão de ordem técnica e legal.

§ 2º - As operações de crédito previstas não poderão superar o valor das despesas de capital constantes da Proposta Orçamentária.

Art. 3º - O montante das despesas fixadas acrescido da reserva de contingência não será superior ao das receitas estimadas.

Art. 4º- A reserva de contingência não será superior a 1% (um por cento) do total da receita corrente líquida prevista e se destinará ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

PUBLICADO(A) NO JORNAL

Paraná Centro

N.º *468* Pág: *14*

Edição de *14 / 07 / 2003*

[Assinatura]

[Assinatura]

Art. 5º - A manutenção de atividades incluídas dentro da competência do Município, já existentes no seu território, bem como a conservação e recuperação de equipamentos e obras já existentes terão prioridade sobre ações de expansão e novas obras.

Art. 6º- A conclusão de projetos em fase de execução pelo Município, terão preferência sobre novos projetos.

Art. 7º - Não poderão ser fixadas despesas sem que sejam definidas as fontes de recursos.

Art. 8º - Na fixação da despesa deverão ser observados os seguintes limites, mínimos e máximos:

I – as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino não serão inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, incluídas as transferências oriundas de impostos consoante o disposto no artigo 212 da Constituição Federal;

II – as despesas com saúde não serão inferiores ao percentual definido na Emenda Constitucional nº 29;

III - as despesas com pessoal do Poder Executivo Municipal incluindo a remuneração de agentes políticos, inativos e pensionistas e os encargos patronais não poderão exceder a 54% (cinquenta e quatro por cento) da receita corrente líquida, se outro inferior não lhe for aplicável nos termos do artigo 71 da Lei Complementar nº 101, de 2000;

IV - as despesas com pessoal do Legislativo Municipal inclusive a remuneração dos agentes políticos, encargos patronais e proventos de inatividade e pensões não será superior a 6% (seis por cento) da receita corrente líquida, se outro inferior não lhe for aplicável nos termos do art. 71 da Lei Complementar nº 101, de 2000 ou da Emenda Constitucional nº 25;

V - o Orçamento do Legislativo Municipal deverá ser elaborado considerando-se as limitações da Emenda Constitucional nº 25;

VI - as despesas com serviços de terceiros no exercício de 2004 não poderão exceder, em percentual, em relação às receitas correntes líquidas, ao percentual efetivamente aplicado em idêntica relação, no exercício de 1999.

Art. 9º - Os recursos ordinários do Tesouro Municipal somente serão programados para a realização de despesas de capital após atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, serviço da dívida e outras despesas de custeio administrativo e operacional.

Art. 10º - Além da observância das prioridades e metas fixadas nesta Lei, a Lei Orçamentária e os seus créditos adicionais somente incluirão projetos novos se



estiverem adequadamente contemplados os projetos em andamento, salvo se existentes recursos especificamente assegurados para a execução daqueles.

§ 1º - O Poder Executivo encaminhará ao Legislativo Municipal, até a data de envio do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, relatório dos projetos em andamento.

§ 2º - Serão entendidos como projetos em andamento aqueles cuja execução financeira, até 31 de março de 2003, ultrapassar vinte por cento do seu custo total estimado, conforme indicado no relatório do parágrafo anterior.

Art. 11 - As despesas com ações de expansão corresponderão às prioridades específicas indicadas no Anexo I, integrante desta Lei e à disponibilidade de recursos, as quais encontram-se ordenadas por órgãos de governo.

Art. 12 - Na Lei Orçamentária a discriminação das despesas será efetuada por órgão e unidade orçamentária de acordo com a classificação funcional programática desdobrada por categorias econômicas e elementos de despesa, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo Único - A Lei Orçamentária incluirá os seguintes demonstrativos:

I - da receita, que obedecerá o disposto no artigo 2º, parágrafo 1º da Lei Federal 4.320/64 de 17/03/64, com alterações posteriores;

II - da natureza da despesa, para cada órgão e unidade orçamentária;

III - do programa de trabalho por órgãos e unidades orçamentárias, demonstrando os projetos e atividades de acordo com a classificação funcional programática;

IV - outros anexos previstos em Lei, relativos a consolidação dos já mencionados anteriormente;

Art. 13 - As emendas apresentadas pelo Legislativo que proponham alteração da proposta orçamentária encaminhada pelo Poder Executivo, bem como dos Projetos de Lei relativos a Créditos Adicionais a que se refere o artigo 166 da Constituição Federal, serão apresentados na forma e no nível de detalhamento estabelecidos para a elaboração da Lei Orçamentária.

Art. 14 - São nulas as emendas apresentadas à Proposta Orçamentária:

I - que não sejam compatíveis com esta Lei;

II - que não indiquem os recursos necessários em valor equivalente à despesa criada, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas aquelas relativas às dotações de pessoal e seus encargos e ao serviço da dívida;

Art. 15 - Poderão ser apresentadas emendas relacionadas com a correção de erros ou omissões ou relacionadas a dispositivos do texto do Projeto de Lei.

Art. 16 - A existência da meta ou prioridade constante no Anexo I desta Lei, não implica na obrigatoriedade da inclusão da sua programação na Proposta Orçamentária.

Art. 17 - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de "subvenções sociais", ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, que preencham uma das seguintes condições:

I – sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação, e estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social; ou

II – atendam ao disposto no art. 204 da Constituição Federal, no art. 61 do ADCT, bem como na Lei nº 8742, de 07 de dezembro de 1993.

Parágrafo Único - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos três anos, emitida no exercício de 2004 por duas autoridades locais e comprovantes de regularidade do mandato de sua diretoria.

Art. 18 - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de "auxílios" para entidades privadas, ressalvadas, as sem fins lucrativos e desde que sejam:

I – voltadas para ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, desde que registradas no Conselho Nacional de Assistência Social;

II – de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial, ou representativas da comunidade escolar das escolas públicas municipais do ensino fundamental;

III – consórcios intermunicipais de saúde, legalmente instituídos e constituídos exclusivamente por entes públicos;

IV – Associações Comunitárias de Moradores e Associações de Produtores Rurais devidamente constituídas e registradas no Cartório de Títulos e Documentos da Comarca, no concernente a auxílios destinados a execução de obras e aquisição de equipamentos de interesse comunitário.

Art. 19 - A concessão de auxílios para pessoas físicas obedecerão preferencialmente os critérios estabelecidos pelos programas sociais que originam os recursos a serem aplicados, e no caso de recursos próprios do Município, será



precedida da realização de prévio levantamento cadastral objetivando a caracterização e comprovação do estado de necessidade dos beneficiados.

Parágrafo Único – Serão consideradas como carentes, pessoas cuja renda familiar, não ultrapasse 01 (um) salário mínimo.

Art 20 – A proposta orçamentaria do Poder Legislativo Municipal para o exercício de 2004 deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, para fins de incorporação a proposta geral do Município até a data de 31 de agosto de 2003.

§ 1º - Os recursos correspondentes as dotações orçamentárias destinadas ao Poder Legislativo ser-lhe-ão repassados pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês.

§ 2º - Até o dia 10 do mês subsequente o Legislativo Municipal deverá encaminhar ao Executivo Municipal, para fins de incorporação a contabilidade geral do Município, o balancete financeiro mensal e os demonstrativos analíticos das despesas realizadas.

Art. 21 – A proposta orçamentária do Município para o exercício de 2004 será encaminhada para apreciação do Legislativo até dia 30 de setembro de 2003.

Art 22 - Se o Projeto de Lei do Orçamento de 2004 não for sancionado pelo Executivo até o dia 31 de dezembro de 2003 a programação dele constante poderá ser executada, enquanto a respectiva Lei não for sancionada, até o limite mensal de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação na forma do estabelecido na proposta remetida à Câmara Municipal.

Parágrafo Único - Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

Art. 23 - A execução orçamentária será efetuada mediante o princípio da responsabilidade da gestão fiscal através de ações planejadas e transparentes que previnam riscos e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultado entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange à renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, seguridade social e outras, dívida consolidada, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita e inscrição em restos a pagar, normas estas constantes da Lei Complementar 101, de 2000.

Art. 24 - Se no final de cada bimestre for verificado a ocorrência de desequilíbrio entre a receita e a despesa que possam comprometer a situação financeira do Município, o Executivo e o Legislativo Municipal promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 (trinta) dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios estabelecidos na Legislação vigente e nesta Lei, dando-se assim, o equilíbrio entre receitas e



despesas para fins do disposto no art. 4.º inciso I, alínea a, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 25 - Não serão objeto de limitação as despesas relativas:

- I - a obrigações constitucionais e legais do Município;
- II - ao pagamento do serviço da dívida pública fundada inclusive parcelamentos de débitos;
- III - despesas fixas com pessoal e encargos sociais enquanto o Município se mantiver num patamar de até 95% (noventa e cinco por cento) do limite máximo para realização de dispêndios com pessoal constante do artigo 20 da Lei Complementar 101, de 2000;
- IV - despesas vinculadas a uma determinada fonte de recurso, cujos recursos já estejam assegurados ou o respectivo cronograma de ingresso esteja sendo normalmente executado.

Art 26 - Somente poderão ser feitas concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, observado o disposto no art. 71 da Lei Complementar nº 101, de 2000, bem como, ainda, as disponibilidades financeiras do município, com prévia autorização do Legislativo.

Art. 27 - Ocorrendo a superação do patamar de 95% (noventa e cinco por cento) do limite aplicável ao Município para as despesas com pessoal são aplicáveis aos Poderes Executivo e Legislativo as vedações constantes do Parágrafo Único, Inciso I a V do Artigo 22 da Lei Complementar 101, de 2000.

Parágrafo Único - No exercício financeiro de 2004, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa com pessoal houver extrapolado seu limite legal de comprometimento, exceto no caso previsto no art. 57, § 6º, inciso II, da Constituição Federal, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Art. 28 - O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

Parágrafo Único - Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput, os contratos de terceirização relativos a execução indireta de atividades que, simultaneamente:

- I – sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão;



II – não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinta, total ou parcialmente.

Art 29 - A lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovada se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar 101, de 2000.

Art. 30 - Ocorrendo a necessidade de se efetuar contenção de despesas para o restabelecimento do equilíbrio financeiro, os cortes serão aplicados, na seguinte ordem:

I - novos investimentos a serem realizados com recursos ordinários do Tesouro Municipal;

II - investimentos em execução à conta de recursos ordinários ou sustentados por fonte de recurso específica cujo cronograma de liberação não esteja sendo cumprido;

III - despesas de manutenção de atividades não essenciais desenvolvidas com recursos ordinários;

IV - outras despesas a critério do Executivo Municipal até se atingir o equilíbrio entre receitas e despesas.

Art 31 - Os custos unitários de obras executadas com recursos do orçamento do Município, relativas à construção de prédios públicos, saneamento básico e pavimentação, não poderão ser superiores ao valor do Custo Unitário Básico – CUB, por m², divulgado pelo Sindicato da Indústria da Construção do Paraná, acrescido de até trinta por cento para cobrir custos não previstos no CUB.

Art 32 – Serão considerados, para efeitos do artigo 16 da Lei Complementar 101/2000, na elaboração das estimativas de impacto orçamentário-financeiro quando da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental, que acarretem aumento de despesa, os seguintes critérios:

I – as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição Federal;

II – entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal 8.666, de 1993.

Art 33 – Para efeito do disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 101, de 2000:



I – considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere;

II – no caso despesas relativas a prestação de serviços já existentes e destinados a manutenção da administração pública, considera-se como compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art 34 – Os Poderes deverão elaborar e publicar em até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária, cronograma de execução mensal de desembolso, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Parágrafo Único - No caso do Poder Executivo Municipal, o ato referido no caput conterà, ainda, metas bimestrais de realização de receitas, conforme disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101, de 2000, incluindo seu desdobramento por fonte de receita.

Art 35 – Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos da Constituição Federal, a incluir na Lei Orçamentária autorização para:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação vigente;

II – realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação vigente;

III – abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) do total geral de cada orçamento, nos termos da legislação vigente;

IV – transpor, remanejar ou transferir recursos, de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, sem autorização legislativa, nos termos do inciso VI do art. 167 da Constituição Federal.

Art. 36 – Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos do art. 62 da Lei Complementar nº 101, de 2000, a custear despesas de competência de outras esferas de governo no concercente a segurança pública, trânsito, incentivo ao emprego, previdência e assistência social mediante prévio firmamento de convênio.

Art. 37 - No decorrer do exercício o Executivo fará, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre a publicação do relatório a que se refere o § 3º do artigo 165 da Constituição Federal, nos moldes do previsto no artigo 52 da Lei Complementar 101, de 2000, respeitados os padrões estabelecidos no § 4º do artigo 55 da mesma Lei.

Art. 38 - O Relatório de Gestão Fiscal obedecendo os preceitos do artigo 54, § 4º do artigo 55 e da alínea b, inciso II do artigo 63, todos da Lei Complementar 101



serão divulgados em até trinta dias após o encerramento do semestre, enquanto não ultrapassados os limites relativos à despesa total com pessoal ou à dívida consolidada, os quais uma vez atingidos, farão com que aquele relatório seja divulgado trimestralmente.

Art 39 - O projeto de lei orçamentária demonstrará a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para 2004, em valores correntes, destacando-se pelos menos aquela relativa aos gastos com pessoal e encargos sociais.

Art. 40 – O controle de custos da execução do orçamento será efetuado a nível de unidade orçamentária com o desdobramento nos projetos e atividades cuja execução esteja a ela subordinados.

Art. 41 – Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Ariranha do Ivaí, aos trinta dias do mês de abril de 2003.


Sílvio Gabriel Petrassi
Prefeito Municipal

LEI 141/2003

ANEXO I

Programa:000-0 ENCARGOS ESPECIAIS

Descrição das Ações

- Amortização e Encargos da Dívida Interna
- Pagamento de Precatórios Judiciais
- Contribuição para formação do PASEP

Programa:0101 - GESTÃO LEGISLATIVA

Descrição das Ações

- Atividades do Legislativo Municipal

Programa: 0401 - SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO SUPERIOR

Descrição das Ações

- Manutenção do Gabinete do Prefeito
- Administração do Departamento de Administração
- Administração do Departamento de Educação
- Administração do Departamento de Finanças
- Administração do Departamento de Obras e Urbanismo
- Administração do Departamento de Saúde
- Administração do Departamento de Rodoviário
- Administração do Departamento de Assistência Social
- Administração do Departamento de Agricultura
- Aquisição de Imóveis para Edificações Públicas

Programa: 0402 - APOIO ADMINISTRATIVO

Descrição das Ações

- Atividades da Assessoria Jurídica
- Atividades da Divisão de Compras e Licitações
- Atividades da Divisão de Encargos Gerais
- Atividades da Divisão de Pessoal
- Atividades Assessoria de Gabinete
- Publicação e Divulgação Oficial
- Renovação da Frota de Veículos da Administração
- Atividades da Junta do Serviço Militar
- Apoio a Entidades Municipalistas



Programa: 0403 - GESTÃO FINANCEIRA E CONTROLE INTERNO

Descrição das Ações

- Atividades da Divisão de Contabilidade e Controle Interno
- Atividades da Divisão de Tesouraria
- Melhorias no Sistema de Processamento de Dados

Programa: 0404 - ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS

Descrição das Ações

- Atividades da Divisão de Tributação

Programa: 0802 - PRÓ-MENOR

Descrição das Ações

- Atividades de Assistência a Criança e ao Adolescente
- Atividades Fundo Municipal de Assistência Social
- Manutenção do Conselho Tutelar
- Apoio à Criança e ao Adolescente – FMDCA
- Edificação da Sede do Conselho Tutelar
- Apoio a Entidades de Assistência à Criança e ao Adolescente

Programa: 0803 - PROGRAMA FORTALECIMENTO DA FAMÍLIA

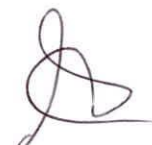
Descrição das Ações

- Construção de um Clube de Idosos
- Aquisição de Equipamentos para Geração de Rendas
- Apoio a Entidades de Assistência ao Idoso
- Apoio a Entidades de Assistência aos Portadores de Deficiência
- Aquisição de Veículos para Pessoas Portadoras de Deficiência
- Auxílio a Pessoas Carentes

Programa: 0901 - PREVIDÊNCIA DE SERVIDORES

Descrição das Ações

- Encargos Previdenciários da Administração



Programa: 1001 - COM SAÚDE – PARA UM FUTURO MELHOR

Descrição das Ações

- Atividades Fundo Municipal de Saúde
- Atividades de Assistência Médica e Sanitária
- Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial
- Equipamentos e Veículos Saúde Pública
- Aquisição de Medicamentos para Farmácia Básica
- Atividades do Programa de Suplemento Nutricional
- Ações da Vigilância Sanitária
- Apoio ao Consórcio Intermunicipal de Saúde
- Manutenção de Campanhas de Combate e Prevenção de Doenças
- Treinamento e Capacitação de Servidores da Saúde
- Ações do Programa da Saúde da Família
- Ações do Programa Agentes Comunitários de Saúde
- Ampliação do Posto de Saúde
- Convênio APMI – Programa Saúde da Família

Programa: 1201 - EDUCAÇÃO PARA TODOS

Descrição das Ações

- Ampliação da Rede Física de Ensino Fundamental
- Manutenção do Ensino Fundamental
- Manutenção do Transporte Escolar
- Manutenção da Merenda Escolar
- Manutenção da Educação Especial
- Manutenção do Ensino Supletivo
- Apoio a Execução do PDDE
- Laboratórios de Informática em Escolas
- Distribuição de Kits Escolares
- Aquisição de Veículos para Transporte Escolar
- Capacitação e Treinamento de Professores
- Transporte Escolar Ensino Médio
- Manutenção do Ensino Fundamental/Salário Educação

Programa: 1202 - EDUCAÇÃO INFANTIL EM AÇÃO

Descrição das Ações

- Manutenção das Creches Municipais
- Manutenção do Ensino Pré Escolar
- Reequipamento do Centro de Educação Infantil
- Convênio MPAS/SAS/PAC



Programa: 1301 - PRÓ - CULTURA

Descrição das Ações

- Atividades da Divisão da Cultura
- Ampliação do Acervo da Biblioteca Pública
- Apoio a Eventos e Promoções Culturais

Programa: 1401 - PRÓ - CIDADANIA

Descrição das Ações

- Apoio a Documentação do Cidadão
- Apoio e Assistência Jurídica ao Cidadão

Programa: 1501 - PRÓ - CIDADE

Descrição das Ações

- Atividades da Divisão de Urbanismo
- Aquisição de Equipamentos para Coleta de Lixo
- Manutenção do Sistema de Coleta de Lixo Domiciliar
- Manutenção da Iluminação Pública

Programa: 1601 - PRÓ - MORADIA

Descrição das Ações

- Apoio à Construção de Núcleos Habitacionais
- Apoio à reforma de residências a pessoas de baixa renda

Programa: 1701 - PRÓ - SANEAMENTO

Descrição das Ações

- Canalização de Córrego Urbano
- Construção do Sistema de Galerias Pluviais

Programa: 2001 - AGRICULTURA RACIONAL - A NATUREZA AGRADECE

Descrição das Ações

- Atividades Departamento de Agricultura
- Patrulha de Assistência Mecanizada
- Atividades em Parceria com a EMATER
- Distribuição de Semente e Matrizes
- Manutenção do Viveiro de Mudas
- Apoio a Diversificação da Pequena Propriedade
- Calagem e Conservação de Solos



- Apoio a Atividade Associativista
- Obras de Incentivo a Produção Rural
- Construção de Abastecedouros Comunitários
- Incentivo a Agricultura Orgânica
- Aquisição de veículos
- Ações de Incentivo à Piscicultura
- Ações de Incentivo à Fruticultura
- Ações de Incentivo à Bacia Leiteira
- Equipamentos Horta Comunitária
- Obras de Recuperação Ambiental

Programa: 2601 - PROGRAMA CAMINHOS DO FUTURO

Descrição das Ações

- Aquisição de Equipamentos Rodoviários
- Recuperação de Equipamentos Rodoviários
- Atividades Divisão de Transportes
- Restauração e Revestimento de Estradas
- Manutenção de Acessos a Propriedades Rurais
- Construção de Pontes, Pontilhões e Bueiros

Programa: 2701 - PRÓ-ESPORTE

Descrição das Ações

- Construção de Quadras Poliesportivas
- Apoio a Jogos e Eventos Esportivos
- Atividades da Divisão de Esportes

Edifício da Prefeitura Municipal de Ariranha do Ivaí, aos onze dias o mês de julho do ano de dois mil e três.


Silvio Gabriel Petrassi
Prefeito Municipal